

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.570.665 - GO (2015/0284139-1)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**RECORRENTE : DANILO VINÍCIUS DA SILVA**  
**RECORRENTE : MARÍLIA CRISTINA SILVA**  
**RECORRENTE : MARIA FERREIRA DA SILVA**  
**RECORRIDO : GISSARA AGROPECUÁRIA LTDA**  
**AGRAVANTE : GISSARA AGROPECUÁRIA LTDA**  
**AGRAVADO : DANILO VINÍCIUS DA SILVA**  
**AGRAVADO : MARÍLIA CRISTINA SILVA**  
**AGRAVADO : MARIA FERREIRA DA SILVA**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos de GISSARA AGROPECUÁRIA LTDA., objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fls. 682/684):

DUPLA APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO DANO MORAL. PENSÃO. MORTE ESPOSO E PAI AUTORES. PRINCÍPIO *IURA NOVIT CURIA*. MÃE E FILHA. PRESCRIÇÃO VERIFICADA (ART. 206, § 3º, V, CC/02). FILHO ABSOLUTAMENTE INCAPAZ À ÉPOCA ACIDENTE. DIREITO RESSALVADO. ATO ILÍCITO. RESPONSABILIDADE EMPREGADO. CIVIL OBJETIVA EMPRESA REQUERIDA (ART. 932, III CC). PROPORCIONALIDADE PENSÃO DEVIDA AO FILHO ATÉ 25 ANOS. ACRÉSCIMOS TRABALHISTAS AO VALOR. INOVAÇÃO RECURSAL. DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO. 1. Aplica-se o princípio do *iura novit curia*, quando todos os elementos dos autos e a pretensão demonstrada pelos requerentes, qual seja, a responsabilização da empresa requerida pelo dano que lhes fora causado, leva à conclusão de que a causa de pedir é aplicação da responsabilidade civil objetiva. 2. Nos termos do art. 206, § 3º, inciso V do CC/02, prescreve em 03 (três) anos a pretensão de reparação civil, ressalvado o interesse do filho absolutamente incapaz à época do

acidente. 3. Embora a jurisprudência prepondere seja devido 2/3 pensão aos dependentes da vítima, o reconhecimento da prescrição do direito da mãe e da filha não implica em afastamento daquela condição (dependente), razão pela qual será devida proporção de 2/9 ao filho, até que complete 25 anos. 4. Não havendo formulação de pedido na petição de ingresso, e por isso, ausente sua apreciação na instância singular, é vedada a inovação recursal. 5. Deve ser majorada indenização por dano moral, para que sua fixação observe os parâmetros da proporcionalidade e da razoabilidade. 6. A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento (Súmula n. 362/STJ). APELOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 773/786).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 1.080/1.094).

Sem contraminuta (e-STJ fl. 1.097), os autos foram encaminhados a esta Corte.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 1.106/1.114 (e-STJ).

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 128, 460 e 472 do Código de Processo Civil de 1973.

Alega julgamento *extra petita*, visto que a "[...] sentença de instância singela, no que foi corroborada pelo acórdão recorrido, valeu de causa de pedir diversa e fundamentos e consequências jurídicas não decorrentes dos fatos alegados na prefacial, para entender pela responsabilização da ora recorrente [...]" (e-STJ fl. 798).

Afirma, ainda, que "[...] o v. acórdão recorrido, expressamente, admitiu a transposição para o cível dos efeitos de sentença penal condenatória proferida em desfavor de terceiro, presumindo a responsabilidade subjetiva do condenado e, por conseguinte, a responsabilidade objetiva de seu empregador [...]" (e-STJ fl. 804).

Sem contrarrazões (e-STJ fl. 1.058).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 2 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 1973.

Não assiste razão à agravante.

De início, é de se ressaltar que, à luz do princípio da congruência, deve o juiz decidir a lide nos limites em que foi proposta, devendo ser a sentença adstrita à extensão do pedido formulado, sob pena de incorrer em vício, qual seja, ser *citra*, *ultra* ou *extra petita*.

Ademais, quando do julgamento da apelação, deve também o tribunal se ater à matéria devolvida à sua apreciação, aplicando-se, de forma correlata, o princípio *tantum devolutum quantum appellatum*.

Examinando as razões e fundamentos do acórdão atacado, no caso, os embargos de declaração, verifico que o Tribunal de origem não incorreu na alegada violação do princípio da congruência ou da adstrição, destaco que o Colegiado estadual se ateve aos temas devolvidos na apelação, apresentando uma análise aprofundada sobre a questão tratada nos autos, destacando o seguinte (e-STJ fls. 780/783):

[...]

Muito embora afirme que o *decisum* teria sido omissivo quanto ao pedido de discussão acerca da autoria e materialidade da prática delituosa, o fato é que não se pode perder de vista que o juiz é o destinatário da prova, nos termos do art. 130 do Digesto Processual Civil e, pelas provas jungidas aos autos, abrangida por documentos, perícia e depoimentos colhidos em audiência instrutória, restou evidente, neste Juízo, a negligência e imprudência do seu preposto, o que corroborou para o evento danoso - acidente com resultado fatal - morte do esposo e pai dos autores.

É preciso que se reafirme que, condenado o empregado na esfera penal, o que mostra ser o caso dos autos, resta presumida a culpa *in vigilando* e *in eligendo* do empregador, sendo despicienda nova discussão a esse respeito na área civil, nos termos do art. 935 do Código Civil.

E é exatamente à vista da responsabilidade civil objetiva da empresa requerida que, confirmada a autoria e materialidade da prática

delituosa de seu preposto, é que ela responderá pelas perdas e danos causados a terceiros, não havendo falar-se em ofensa ao disposto no art. 472 do CPC em casos tais.

Quanto à alegada contradição, ao argumento de que ter-se-ia dado valor probante à declaração do empregador da vítima, de que o salário deste seria de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao invés dos R\$ 400,00 (quatrocentos reais) sustentados para o acordo trabalhista firmado com os herdeiros do *de cujus*, esclareço que a contradição que desafia os embargos de declaração é do julgado com ele mesmo, quando as proposições inconciliáveis consistem na afirmação e na negação simultânea de algo, jamais contradição com lei, jurisprudência, ou com o entendimento da parte.

[...]

É de se ver, portanto, que não há se alegar contradição entre os valores apontados por Ernane Gomes da Silva, eis que, à vista de todo o processado, fixei a base de cálculo da pensão em R\$ 1.000,00 (mil reais) por entender que, por se tratar de verba alimentícia, a prática de pagamentos não discriminados na carteira de trabalho não podem refletir negativamente na pensão (fls. 599).

De mais a mais, aquela testemunha sequer foi contraditada pela parte, motivo porquê seu depoimento é dotado do valor probante condizente às provas testemunhais.

[...]

Assim, observo que o Tribunal de origem apreciou o pleito dentro dos limites apresentados pela parte recorrente na petição inicial ou nas razões de recurso, não revelando julgamento *extra petita* no caso. Guardados os devidos contornos fáticos próprios de cada caso, vejam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COMINATÓRIA CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. FUNDAMENTAÇÃO E OMISSÃO NÃO CONSTATADAS. 2. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO OCORRÊNCIA. 3. CARÁTER PROTELATÓRIO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA DO ART. 1.026, § 2º, DO CPC/2015 PELO TRIBUNAL LOCAL.

POSSIBILIDADE. SÚMULA 83/STJ. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não ficou caracterizada a violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, uma vez que o Tribunal de origem se manifestou de forma fundamentada sobre todas as questões necessárias para o deslinde da controvérsia. O mero inconformismo da parte com o julgamento contrário à sua pretensão não caracteriza falta de prestação jurisdicional.

2. O Superior Tribunal de Justiça possui orientação no sentido de que *"não configura julgamento ultra petita ou extra petita o provimento jurisdicional inserido nos limites do pedido, o qual deve ser interpretado lógica e sistematicamente a partir de toda a petição inicial e não apenas de sua parte final"* (AgRg no REsp 1.548.506/RJ, Relator o Ministro Moura Ribeiro, DJe 7/10/2016). Inafastável, no ponto, o óbice da Súmula 83/STJ.

[...]

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.263.748/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 7/8/2018, DJe 13/8/2018).

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. EXAME. IMPOSSIBILIDADE. ANÁLISE DE ENUNCIADO SUMULAR EM RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. SÚMULA 518 DO STJ. PENSIONAMENTO VITALÍCIO. PRINCÍPIO DA CONGRUÊNCIA. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. NÃO OCORRÊNCIA. INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DA PETIÇÃO INICIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRABALHO. QUEDA. LESÃO NA COLUNA. RESPONSABILIDADE. REQUISITOS CONFIGURADORES. PRETENSÃO DE AFASTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. NÃO SE EVIDENCIA IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. VALOR RAZOÁVEL. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

4. Consoante o princípio da congruência, exige-se a adequada correlação entre o pedido e o provimento judicial, sob pena de nulidade

por julgamento *citra*, *extra* ou *ultra petita*, a teor do que prescrevem os arts. 128 e 460 do Código de Processo Civil.

5. A pretensão deduzida em juízo não se limita a determinado capítulo da petição inicial, merecendo atenção do julgador tudo o que se pode extrair mediante interpretação lógico-sistemática das razões apresentadas. Precedentes.

6. *In casu*, não se verifica a ocorrência de julgamento *extra petita*, uma vez que a sentença, ao condenar a ré ao pagamento de pensão vitalícia, ateve-se ao que pleiteado pelo autor no corpo da petição inicial, não obstante na sua parte final tenha requerido o pagamento até os 65 anos.

[...]

9. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgRg no REsp n. 1.263.780/SC, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/6/2016, DJe 3/8/2016).

Dessa forma, reexaminar o conjunto fático-probatório dos autos para chegar a conclusão distinta e, ainda, encontrando-se o acórdão recorrido em consonância com a orientação firmada por esta Corte Superior, incidem, portanto, respectivamente, as Súmulas n. 7 e 83 do Superior Tribunal de Justiça.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo e, ainda, deixo de majorar os honorários em face de a publicação do acórdão ter-se dado na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Intimem-se.

Brasília, DF, 27 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora